

Subcomissão apura bens nos estados

A subcomissão encarregada de investigar o crescimento do patrimônio dos implicados no escândalo do orçamento decide hoje como vai identificar imóveis e terrenos que não estejam nas declarações de bens. Um integrante da subcomissão adiantou que serão feitas diligências nos cartórios do reduto eleitoral dos políticos suspeitos.

Para evitar que os cartórios fraudem ou obstruam a investigação, a operação deverá ser conduzida por desembargadores dos Estados, na condição de representantes da CPI. A decisão de estender a apuração aos estados foi adotada depois de constatado que os documentos enviados ao Congresso são insuficientes para esclarecer sobre os bens dos envolvidos no desvio de verbas. A subcomissão recebeu apenas a declaração de patrimônio apresentada pelos parlamentares aos Tribunais Regionais Eleitorais na diplomação.

As Subcomissões do Patrimônio e das Contas Bancárias deverão cruzar os dados obtidos na quebra de sigilo, para checar possíveis coincidências na compra de propriedades com o dinheiro obtido de forma fraudulenta.